



A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A DESPESA COM PESSOAL NO ORÇAMENTO DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO

THE EXPANSION OF PUBLIC EDUCATION AND EXPENDITURE ON STAFF IN THE BUDGET OF A FEDERAL EDUCATION INSTITUTION

Fabrcia Nadja de Oliveira Freire

Mestranda em Administração Pública pelo Profiap/Univasf
Técnica-Administrativa em Educação (IF Sertão-PE)
Endereço: Rua Aristarco Lopes, 240, Centro
56.302-100 – Petrolina/PE, Brasil
Email: fabrcia.nadja@discente.univasf.edu.br

Lourivan Batista de Sousa

Mestrando em Administração Pública pelo Profiap/Univasf
Técnico-Administrativo em Educação (Univasf)
Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n – Centro
56.304-205 – Petrolina/PE, Brasil
Email: lourivan.batista@univasf.edu.br

RESUMO

O Estado tem a função de ofertar, à população, educação com qualidade e de forma universal. O Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 do Brasil vem buscando promover a expansão da educação pública. Para isso, a manutenção e desenvolvimento do ensino nas instituições federais de ensino são mantidos por meio do orçamento geral da União, no qual boa parte é usada para pagar as despesas com pessoal. Esse estudo objetivou analisar a correlação entre os gastos com despesas com pessoal e a expansão da educação entre os anos de 2014 a 2019. Os resultados demonstram uma correlação positiva entre despesas com pessoal e alunos matriculados. A conclusão aponta um crescimento não proporcional das despesas com pessoal e do número de vagas de ensino ofertadas.

Palavras-chave: *Orçamento público; Despesas com pessoal; Expansão da educação.*

ABSTRACT

The State has the function of offering a quality and universal education to the population. Brazil's National Education Plan from 2014 to 2024 has sought to promote the expansion of public education. For this, the maintenance and development of education in federal educational institutions are maintained through the general budget of the Union, in which a

Recebido em 17.11.2020. Publicado em 15.12.2020



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

good part is used to pay personnel expenses. This study aimed to analyze the correlation between expenditure on personnel expenses and the expansion of education between the years 2014 to 2019. The results demonstrate a positive correlation between expenditure on personnel and enrolled students. The conclusion points to a non-proportional increase in personnel expenses and the number of teaching vacancies offered.

Keywords: *Public budget; Personnel expenses: Expansion of education.*

1. INTRODUÇÃO

Na prestação de serviço público, o Estado tem a função de ofertar, à população, educação com qualidade e de forma universal. A expansão da educação pública, através do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a 2024, vem buscando promover a universalização da Educação Básica, além da redução gradual do analfabetismo, do aumento proporcional de mestres e doutores no ensino superior e da ampliação do acesso à educação técnica profissional e superior (BRASIL, 2014).

A manutenção e desenvolvimento do ensino nas instituições federais de ensino (IFEs) são mantidos por meio do orçamento geral da União (BRASIL, 1996). Para as Instituições Federais da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico, a distribuição dos recursos se dá por meio da Matriz Orçamentária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que leva em consideração o número de estudantes matriculados e os custos para manutenção dos cursos, além de outros dados, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em que o órgão está inserido (FOGAÇA, 2019).

Assim como toda organização pública, as IFEs utilizam, em seu planejamento, o orçamento público como ferramenta para estimar as receitas que devem entrar, bem como prever todas as despesas para manter a efetividade e economicidade na prestação dos serviços à sociedade, que devem ser com qualidade (DUARTE, 2019). Porém, Menezes *et al* (2015), reforçam que orçamento vai além da previsão de receitas e fixação de despesas, ele se torna peça fundamental para direcionar os caminhos que a organização deve seguir, tornando-se um agente de transformação.

Para fortalecer a participação social na fiscalização dos gastos e investimentos do Poder Executivo Federal, foi lançado em 2004 pela Controladoria Geral da União – CGU, o Portal da Transparência. Remodelado em 2018, é um canal pelo qual o cidadão pode acompanhar a utilização dos recursos federais arrecadados com impostos no fornecimento de serviços públicos à população (BRASIL, 2020).

Assim, por força do princípio da publicidade, as organizações públicas também tem o dever de prestar contas à sociedade de todos os seus atos, principalmente os orçamentários (MOTTA, 2007; PINTO, 1999), para que todos os cidadãos possam ter conhecimento dos custos relacionados com a manutenção da instituição, ou seja, o gestor público tem que dá transparência sobre os atos da sua gestão. Vaz (2019) explicita que esse processo é um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de fundamental importância para a regulação das contas públicas no Brasil. Nessa mesma concepção, Martins, Fernandes e Brun (2019) advogam que, para os gestores, a publicação dos relatórios de gestão, demonstra um processo transparente da efetividade dos gastos do setor público.

Ressalta-se, porém, que somente a transparência dos dados e o acesso às informações não são suficientes. Há uma necessidade latente de se educar a população para o controle social, motivar o interesse dos cidadãos pelo acompanhamento da execução dos recursos públicos, e não somente da educação.

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

Freitas (2020) defende que quando se busca melhorias sociais, observa-se que se gasta mal os recursos financeiros, em decorrência da falta de avaliação do processo como um todo, seja ele quanto aos custos ou mesmo quanto aos benefícios gerados pelo desempenho do serviço prestado pelo ente público. Em complemento, Menezes *et al* (2015), diz que é essencial que seja discutida a alocação do orçamento para a prestação de serviço de qualidade, principalmente por parte gestão das instituições públicas de ensino que acreditam estar fora dessa obrigação.

Dada a escassez dos recursos públicos e o papel ímpar da educação na formação de cidadãos qualificados para o mercado de trabalho e para a vida social, é de suma importância, para a administração pública, a busca por eficiência no gasto do erário, fator essencial para que os objetivos sejam alcançados de forma efetiva (SANTOS, 2016). Freitas (2020) aponta que as despesas com pessoal no serviço público são consideradas como gastos para o Estado. Ressaltando que os custos com o servidor público geram um grande impacto fiscal das despesas continuadas, de forma permanente e sem reversão. Desse modo, o custo-benefício no serviço público tem que ser o mais eficiente possível, uma vez que os gastos com pessoal são de suma importância para o orçamento do país.

De acordo com Moreira, Alvarenga e Costa (2016) quase oitenta por cento do orçamento financeiro repassados às instituições públicas de ensino são para as despesas obrigatórias como a folha de pagamento, isso, variando de acordo com o tamanho e a esfera pública, se municipal, estadual ou federal. Nessa concepção, observando a Lei Orçamentária Anual de 2020, os recursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), por exemplo, destinados à Ação Ativos Cívicos da União (Despesas com Pessoal Civil) representam 82,27% do orçamento total da unidade (BRASIL, 2020b). Desse modo, 17,73% do total do orçamento total são para todas as demais despesas, nestas, incluem-se: manutenção, assistência estudantil, despesas fixas, entre outras.

Assim, manter o controle orçamentário equilibrado, que seja coerente com a proposta de oferta de serviço público na área educacional, é fundamental para o alcance das metas estabelecidas de promover um ensino de qualidade. Nesse contexto, essa pesquisa tem uma fundamental importância para demonstrar como as despesas com pessoal do orçamento público de uma instituição educacional está coerente com a demanda de expansão da educação pública.

Diante disso, e levando-se em consideração, principalmente, a expansão da educação pública, bem como a importância de um quadro suficiente de servidores bem capacitados para a oferta de um serviço educacional de boa qualidade para a formação profissional dos cidadãos, emerge o seguinte questionamento: no orçamento total de uma IFEs, as despesas com pessoal têm acompanhado proporcionalmente a expansão da educação na oferta de vagas aos cidadãos?

2. METODOLOGIA

Fez-se uma pesquisa exploratória e analítica do tipo observacional transversal e documental em dados temporais, em relatórios de gestão do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (<https://www.ifsertao-pe.edu.br/>) e na Plataforma Nilo Peçanha, para obtenção das informações relativas ao número de alunos matriculados, no período de referência desta pesquisa, bem como em sítios governamentais - Portal da Transparência (<http://transparencia.gov.br/>) - para as informações relacionadas ao orçamento e gastos com despesas com pessoal.

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

O espaço amostral para este estudo foi do ano de 2014 a 2019. A escolha foi feita por conveniência dos pesquisadores, os quais tiveram como base a falta de dados no sítio do Portal da Transparência, antes do ano de 2014, optando por limitar ao ano de 2019, em decorrência do orçamento ainda está em fase de execução.

Os dados da pesquisa foram tabulados em programa de planilhas da Microsoft Excel 2010, que serviu para montagem das tabelas e construção dos gráficos. Para as análises descritivas (média, desvio padrão) e estatísticas dos dados (correlação), utilizou-se o software *Past 3.0*, adotando-se o nível de significância de 5%.

Em relação à Taxa de Variação, em termos relativos, da Taxa de Despesas com Pessoal (TDP) e Taxa de Alunos Matriculados (TAM) ao longo do período em análise, utilizou-se uma equação em que, para a TDP, subtrai-se os valores pagos com despesas com pessoal (VPDP) do ano atual pelos valores pagos com despesas com pessoal do ano anterior, dividindo-a pelos valores pagos com despesas com pessoal do ano atual; enquanto que para a TAM, subtrai-se o número de matrículas (VPDP) do ano atual pelos valores pagos com despesas com pessoal do ano anterior, dividindo-a pelos valores pagos com despesas com pessoal do ano atual (RUMSEY, 2016), conforme fórmulas abaixo:

$$\text{a) TDP: } \frac{\text{VPDP do ano atual} - \text{VPDP do ano anterior}}{\text{VPDP do ano anterior}}$$

$$\text{b) TAM: } \frac{\text{N}^\circ \text{ de matrículas do ano atual} - \text{N}^\circ \text{ de matrículas do ano anterior}}{\text{N}^\circ \text{ de matrículas do ano anterior}}$$

Utilizou-se de planilhas do Excel 2010, para a realização dos cálculos das Taxas de Variação, supracitadas.

Tendo em vista que os dados da pesquisa são de acesso irrestrito, foi dispensada a submissão deste estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE tem uma estrutura multicampi, composta por oito Unidades Administrativas, localizadas nas cidades de Petrolina (3), Santa Maria da Boa Vista (1), Ouricuri (1), Salgueiro (1), Serra Talhada (1) e Floresta (1), atuando na educação superior, básica e profissional (BRASIL, 2016), e contava, até 2019, com 1023 servidores (532 servidores técnico-administrativos 491 docentes) (BRASIL, 2019).

O orçamento do IF Sertão-PE, ao longo do recorte temporal desta pesquisa, permeou pelos seguintes programas orçamentários: Previdência de Inativos e Pensionistas da União (0089); Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais (0901); Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910); Educação Básica (2030); Educação Profissional e Tecnológica (2031); Educação de qualidade para todos (2080); Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação (2109).

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

Ao analisar as receitas e despesas para custear pessoal e encargos sociais, constatou-se que tais despesas eram realizadas tanto no grupo de despesa 1 – pessoal e encargos sociais, quanto no 3 – outras despesas correntes. Assim, como foi verificado, as despesas do grupo 1 só são realizadas exclusivamente pela Reitoria, e, algumas despesas do grupo 3, também são realizadas pelos Campi, como é o caso da ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, e os elementos de despesas 14 – Diárias Civil, e 33 – Passagens e Despesas com Locomoção, ambos dentro da ação de Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Ensino (20RL).

Conforme Amaral (2017), O Plano Nacional de Educação-PNE aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, prevê em sua vigésima meta a aplicação de recursos públicos correspondentes a 10% do PIB na educação, o que representa quase que dobrar o volume de recursos financeiros. Nessa concepção, observa-se (Tabela 1) que o orçamento geral mantém um aumento crescente ano a ano, com exceção de 2016, que houve uma retração nos valores.

Tabela 1. Orçamentos gerais e com pessoal e despesas com pessoal entre os anos de 2014 a 2019, do IF Sertão-PE.

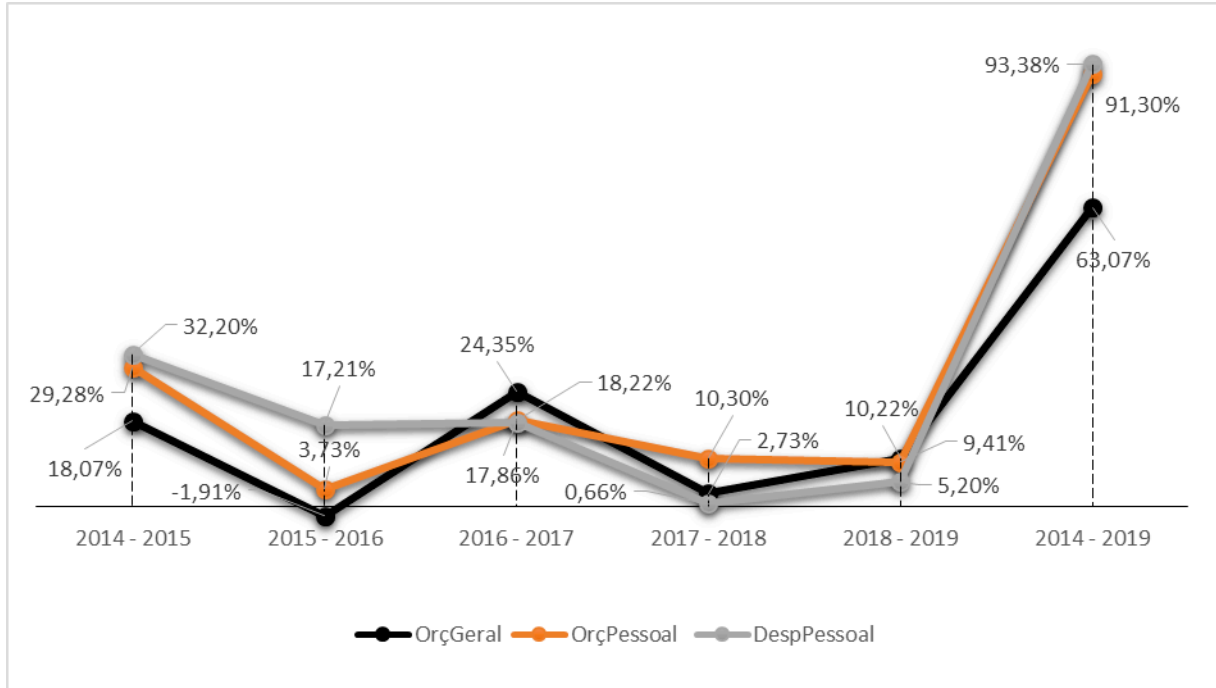
Ano	Orçamento Geral (R\$)	Orçamento com Pessoal (R\$)	Despesas com Pessoal (R\$)
2014	112,068,429,00	88,113,398,00	75,761,725,47
2015	132,320,910,00	113,915,717,00	100,155,477,42
2016	129,792,697,00	118,159,867,00	117,390,523,25
2017	161,400,833,00	139,685,858,00	138,352,224,50
2018	165,804,863,00	154,068,820,00	139,268,783,32
2019	182,747,451,00	168,560,229,00	146,508,240,62

Fonte: Portal da Transparência (2020)

O gráfico abaixo demonstra as taxas dos índices da evolução do orçamento geral, bem como a do orçamento com pessoal e a das despesas com pessoal, os quais mantêm uma tendência de aumento constante ao longo dos anos de referência.

Gráfico 1. Taxas de evolução do orçamento geral, do orçamento com pessoal e das despesas com pessoal entre os anos de 2014 a 2019, do IF Sertão-PE.

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico 1 demonstra que todas as taxas de evolução (orçamento geral, do orçamento com pessoal e das despesas com pessoal) oscilam anualmente. No entanto, elas apontam para uma aumento com taxas mais reduzidas, no qual as taxas em 2014 – 2015 saíram de 32,20% (despesas com pessoal), 29,28% (orçamento com pessoal) e 18,07% (orçamento geral) indo para taxas de 5,20%, 9,41% e 10,22%, respectivamente, em 2018 – 2019. Por outro lado, de 2014 a 2019, as despesas com pessoal tiveram taxas de 93,38%, enquanto a do orçamento pessoal foi de 91,30% e a do orçamento geral de 63,07%. Desse modo, proporcionalmente, a taxa de evolução do orçamento geral é aproximadamente um 1/3 menor do que o orçamento pessoal e as despesas com pessoal.

Tabela 2. Valores pagos (por R\$1,000,00) por elementos de despesas com pessoal entre os anos de 2014 a 2019, do IF Sertão-PE.

Elemento de Despesa	2014	2015	2016	2017	2018	2019
01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	2,160,42	3,123,36	4,080,07	5,599,59	6,607,78	8,128,68
03 - Pensões do RPPS e do militar	519,24	720,48	1,098,34	1,318,49	1,235,06	1,272,07
04 - Contratação por Tempo Determinado	1,937,25	2,216,83	2,434,53	2,386,56	2,941,81	3,112,76
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,30	9,31	86,90	228,62	300,90	480,94
08 - Outros Benefícios Assistenciais do	15,97	165,45	779,87	781,15	811,75	841,15

Freire & Sousa, 2020

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

servidor e do militar						
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	53,300,48	71,856,69	82,679,58	98,628,05	96,710,82	102,425,84
13 - Obrigações Patronais	10,466,17	14,013,53	16,137,84	18,863,96	20,360,10	21,048,23
14 - Diárias - Civil	1,006,34	998,58	1,196,42	844,09	1,044,15	427,87
15 - Diárias - Militar	4,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	261,35	349,75	397,94	498,19	485,50	406,79
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	1,64	274,87	0,00	0,00	0,00	0,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	549,35	97,15	402,96	419,06	469,09	114,38
34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,55
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	205,55	0,00	0,00	0,00	12,38	20,27
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	36,81	61,67	181,57	151,63	24,53
46 - Auxílio-Alimentação	3,334,53	3,719,42	5,050,58	5,278,89	4,896,44	4,823,75
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,44
49 - Auxílio-Transporte	290,82	433,55	642,75	745,57	825,96	774,43
91 - Sentenças Judiciais	4,36	4,36	4,00	4,36	4,00	5,94
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	286,89	539,31	239,56	363,72	346,48	483,08
93 - Indenizações e Restituições	1,416,72	1,596,03	2,062,32	2,170,30	2,055,56	2,114,54
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	35,18	40,03	9,39	0,00
Total	75,761,73	100,155,48	117,390,52	138,352,22	139,268,78	146,508,24

Fonte: Portal da Transparência (2020)

A tabela 2 apresenta, ao longo dos anos de 2014 a 2019, os valores pagos com despesas com pessoal, discriminados por elementos de despesas por cada ano de referência. Os valores apresentados estão reduzidos, ou seja, para se chegar aos valores reais, deve-se multiplicar por 1.000 (R\$). Dentre os elementos de despesas, os maiores gastos são com a folha de pagamento do servidor (Vencimentos e Vantagens Fixas -

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

Pessoal Civil), bem com a contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais (Obrigações Patronais).

Tabela 3. Média e porcentagem dos valores pagos com despesas com pessoal, por elementos de despesas entre os anos de 2014 a 2019, do IF Sertão-PE.

Elemento de Despesa	Despesas com pessoal (R\$)	Desvio Padrão (dp) (R\$)	Despesa com pessoal (%)
01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	5,322,389,00	2,272,082,00	4,46%
03 - Pensões do RPPS e do militar	1,032,740,00	301,780,30	0,87%
04 - Contratação por Tempo Determinado	2,363,311,00	551,849,70	1,98%
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	224,128,00	201,449,40	0,19%
08 - Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar	587,789,10	344,297,90	0,49%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	84,100,380,00	17,356,350,00	70,49%
13 - Obrigações Patronais	16,810,000,00	3,726,071,00	14,09%
14 - Diárias - Civil	796,023,80	407,132,40	0,67%
15 - Diárias - Militar	619,50	1,639,00	*0,00%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	385,667,00	88,769,08	0,32%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	39,500,37	103,788,30	0,03%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	300,099,80	205,871,40	0,25%
34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	292,00	584,00	*0,00%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	35,056,11	75,569,68	0,03%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	68,761,40	69,824,57	0,06%
46 - Auxílio-Alimentação	4,450,875,00	744,173,60	3,73%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	205,00	544,00	*0,00%
49 - Auxílio-Transporte	558,245,40	251,633,30	0,47%
91 - Sentenças Judiciais	4,644,62	757,00	*0,00%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	332,574,50	156,408,20	0,28%

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino			
93 - Indenizações e Restituições	1,875,239,00	296,351,10	1,57%
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	12,086,81	17,822,59	0,01%
TOTAL	119,300,600,00	25,068,020,00	100%

*Porcentagem com valores abaixo de 0,00.

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 3 demonstra a média dos valores pagos com despesa com pessoal entre os anos de 2014 e 2019, representando um total de R\$119,572,829,10 (dp= 25,068,020,00). Desse valor, a maior parte (84,58%) foi destinada à folha de pagamento e aos seus devidos tributos, outra parte (9,06%) é referente a aposentadorias, pensões e auxílio-alimento dos servidores, ficando o restante (6,36%) reservado para outras despesas com pessoal. Ressalta-se que do total gasto com despesas com pessoal, apenas 0,12% foram gastos diretamente com capacitação dos servidores, tanto em processo de qualificação quanto de requalificação.

Tabela 4. Valores pagos com despesas com pessoal, números de alunos matriculados e a média dos valores pagos em despesas com pessoal dividido por cada aluno matriculado entre os anos de 2014 a 2019, do IF Sertão-PE.

Ano	Despesas com Pessoal (R\$)	Nº de Alunos Matriculados	Valor Médio de DespPes/Aluno Matric. (R\$)
2014	75,761,725,47	7,454	10,163,90
2015	100,155,477,42	9,501	10,541,57
2016	117,390,523,25	10,344	11,348,66
2017	138,352,224,50	10,095	13,705,02
2018	139,268,783,32	8,476	16,430,96
2019	146,508,240,62	9,679	15,136,71
Total	717,436,974,58	55,549	12,915,39

Fonte: Dados da pesquisa.

Os valores totais pagos com despesas com pessoal, por ano de referência, como observado na tabela 4, apresentam um crescimento ano a ano. Enquanto que o número de matrículas de alunos, por ano, não segue a mesma tendência. E isso reflete na média de valores pagos diretamente aos servidores em relação à quantidade de alunos cursando algum curso em cada ano.

No entanto, no ano de 2019, em comparação com o ano anterior, há uma queda na média desses valores pagos. Porém, apesar disso, há uma tendência de crescimento nessa média. Isso pode ser observado, conforme a tabela 5, que há uma correlação positiva mediana entre as despesas com pessoal e número de alunos matriculados nos cursos da instituição.

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

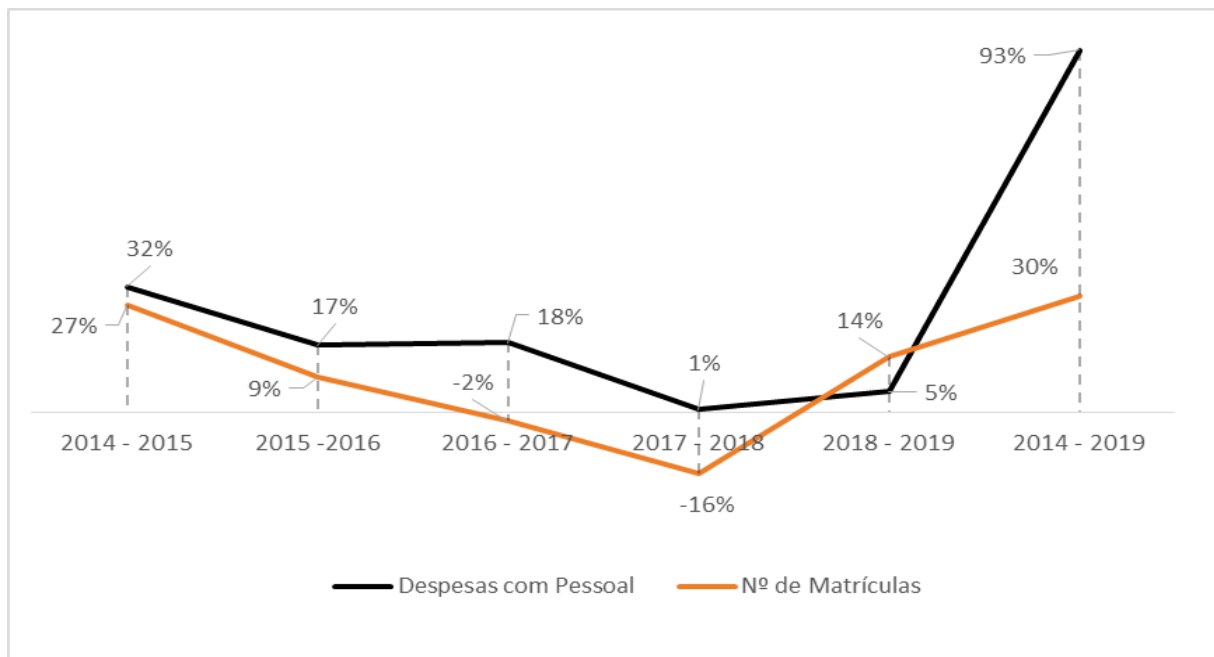
Tabela 5. Correlação entre valores pagos com despesas com pessoal e número de alunos matriculados entre os anos de 2014 a 2019, do IF Sertão-PE.

	Despesas com Pessoal	Nº de Alunos Matriculados
Despesas com Pessoal	1	
Nº de Alunos Matriculados	0,56	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se (gráfico 2), que a taxa de evolução, entre os anos de 2014 a 2019, da taxa despesas com pessoal (TDP) é crescente, embora esse crescimento apresente uma tendência de redução na porcentagem ano a ano. Nessa mesma concepção, a taxa do número de alunos matriculados (TAM) também apresenta uma tendência de crescimento, embora menos acentuada que a primeira. E isso fica mais evidenciado quando se compara o crescimento, pegando o ano 2014 e o ano 2019 como referências, no qual a TDP foi de 93%, enquanto a TAM foi de apenas 30%, ou seja, um pouco menos um terço do crescimento da TDP.

Gráfico 2. Taxas de evolução das despesas com pessoal e do número de alunos matriculados entre os anos de 2014 a 2019, do IF Sertão-PE.



Fonte: Dados da pesquisa.

Evidencia-se que mesmo havendo um crescimento da oferta de serviço educacional, com alunos matriculados nos cursos ofertados, isso não é proporcional ao crescimento dos gastos com despesas com pessoal, uma vez que as despesas com pessoal, de 2014 a 2019, tiveram um aumento agregado 93%, enquanto o número de alunos matriculados foi de 30%, ou seja, as despesas com pessoal tiveram um índice de aumento maior que três vezes o do quantitativo de alunos matriculados nos anos de referências.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu observar a execução orçamentária do IF Sertão-PE, referente às despesas com pessoal, no período de 2014 a 2019, com bases nas informações contidas no Portal da Transparência do Governo Federal, assim como, analisar o número de alunos matriculados nos 7 (sete) Campi que compõem o referido órgão educacional.

Constatou-se que, durante o período de referência, do orçamento destinado para o cumprimento das despesas com pessoal, os maiores percentuais de gastos se deram com o pagamento de vencimentos e vantagens dos servidores e das obrigações patronais, e que os menores percentuais estão relacionados diretamente com a capacitação e qualificação do servidor.

Em relação ao número de alunos matriculados, anualmente, que se dá pela soma de alunos dos cursos regulares (médio integrado ao técnico, técnico subsequente e superior) e dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), percebeu-se que esse número esteve numa crescente, de 2014 a 2017, mas, em decorrência da redução de matriculados nos cursos FIC, conforme relatório de gestão, em 2018, houve uma queda de matriculados, tornando a aumentar em 2019, demonstrando uma tendência da expansão da educação na oferta de vagas aos cidadãos. Já em relação aos valores pagos com despesas de pessoal, para o mesmo período, ocorreu a mesma tendência de crescimento, entretanto o índice de crescimento não foi proporcional entre as despesas com pessoal e o número de alunos matriculados. Assim, verificou-se que a expansão da educação não acompanha a mesma proporcionalidade dos gastos de despesas com pessoal.

Esta pesquisa teve como limitação o fato de ser um estudo transversal com uma amostra pequena, impossibilitando assim uma análise de causa e efeito entre as variáveis estudadas. Desse modo, sugerimos que outros estudos sejam realizados com corte longitudinal para melhor entender essa relação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-s1413-24782017227145.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência do Governo Federal**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/portal-da-transparencia>. Acesso, em 13 nov. 2020.

_____. Presidência da República, Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020. **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Disponível em:

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13978.htm. Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 4 out. 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 7 out. 2020.

DUARTE, Marluce. A execução orçamentária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - 2012 a 2015. **Educação, Escola & Sociedade**, v. 12, p. e201909-e201909, 2019.

FOGAÇA, Marcus. **Conif finaliza proposta da Matriz Orçamentária para a Rede Federal em 2020**. Disponível em:

<https://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/2810-conif-finaliza-proposta-da-matriz-orcamentaria-para-a-rede-federal-em-2020?Itemid=609>. Acesso em: 28 out. 2020.

FREITAS, Heitor Silveira. **Gastos com pessoal**: mecanismo de eficiência na alocação da força de trabalho na administração direta. 2020. 191 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MARTINS, João Cubas; FERNANDES, William Leal Colaço; BRUN, Sergio Adelar. Orçamento público e universidade: uma análise da relação entre gasto público e qualidade de ensino. **GESTUS**, Matinhos, v. 2, 2019, p. 75-89.

MENEZES, Maurício Ferreira; ALMEIDA, Nayron Henrique Santana; SOUSA, Sandra Francisco da Silva; SARTORI, Isabel, EMBIRUÇU, Marcelo. Matriz de distribuição do orçamento para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: análise crítica e proposição de um novo modelo. In: **CONGRESSO LATINO IBERO AMERICANO DE GESTAO DA**

TECNOLOGIA. 2015. Disponível em:

<http://altec2015.nitec.co/altec/papers/754.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

MOREIRA, Adriana Rochas de Carvalho Fruguli; ALVARENGA, Marcia Regina Martins; COSTA, Fábio Edir dos Santos. O processo de tomada de decisão de um gestor de uma ies pública multicampi do Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil. In

A Expansão da Educação Pública e a Despesa com Pessoal no Orçamento de uma Instituição Federal de Ensino

XVI Coloquio Internacional de Gestión Universitaria-CIGU, Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad, **Anais...**, Arequipa – Perú, 23, 24 y 25 de novembro de 2016. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/78553123.pdf> Acesso em: 01 nov. 2020.

MOTTA, Fabrício. Notas sobre publicidade e transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 7, n. 30, p. 91-108, 2007.

OLIVEIRA, Marcos Simon de. **Orçamento em Instituições Federais de Ensino Superior**: Proposta de matriz orçamentária associada aos elementos da qualidade. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, Goiânia, 2019.

PINTO, Luiz Paulo Freitas. **O papel da publicidade na prestação de contas do governo**: a visão dos representantes dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 1999.

RUMSEY, Deborah. **Estatística para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

SANTOS, Yuri Dantas dos. **Análise da Eficiência dos gastos Públicos Municipais em Ensino Fundamental no Seridó Potiguar**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2016.

VAZ, Amanda Barbaro Guimarães. **Despesa com pessoal**: uma análise histórica da despesa com pessoal dos poderes Executivo e Legislativo da União no período de 2001 a 2017. 2019. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.